

A culpa atribuída ao presidente do Congresso, senador Moacyr Dalla, pelas 1.554 contratações sem concurso efetuadas no final do ano passado, deve ser dividida com o PMDB, na figura do senador Henrique Santillo. A acusação foi feita ontem pelo deputado Renato Cordeiro (PDS-SP). Segundo Cordeiro, ao senador Santillo, como primeiro-secretário do Senado, cabe a parte administrativa daquela Casa. Por isso mesmo tem responsabilidade direta nesse caso. E, por via indireta, o próprio PMDB.

Enquanto isso, a OAB e o PMDB encaminhavam duas moções — uma a Dalla e outra a Santillo — pedindo o aproveitamento integral

das 131 pessoas aprovadas em concurso para assessor parlamentar, das quais apenas 75 foram convocadas recentemente. Nos ofícios, o presidente do PMDB-DF, Pompeo de Souza, defende a contratação de todos os aprovados, garantindo "a moralidade com que se revestiu este concurso".

E foi um dos primeiros concursos realizados no Legislativo nos últimos 20 anos — o

processo, segundo Pompeo de Souza, que "não deixou dúvidas quanto à competência dos aprovados". Por isso, ele acha que se impõe o

aproveitamento de todos, "principalmente no momento em que vem a público a tumultuada polêmica da contratação de 1.554 pessoas".

Mais de três mil candidatos se inscreveram no concurso; os aprovados mal ultrapassaram os 4%.

Na época da contratação, no entanto, 300 outras pessoas que nem se inscreveram —

como jornalistas, colunistas sociais, filhos e mulheres de parlamentares — eram nomeadas sem concurso para a gráfica do Senado. Outras 1.200 nomeações foram efetivadas. Assim, a

lista dos aprovados, divulgada na semana passada, frustrou a expectativa dos concursados que, mesmo aprovados, ficaram de fora.

O presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, pôs a entidade à disposição dos concursados

não aproveitados, que poderão recorrer através de processos judiciais. Muitos deles já estão

preparando toda a documentação necessária para entrar na Justiça.

Há, porém, quem tenha argumentos para

defender os atos de nomeações atribuídas a

Dalla: o consultor jurídico do Senado, Alberto Vasconcellos. Ontem, ele adiantou que entrará

perante o juiz federal de Brasília com pedido de

reconsideração da medida liminar concedida

pelo juiz da 2ª Vara, que sustou as 1.554 contratações.

Vasconcellos afirma que a petição inicial

oferecida pelos advogados Pedro Mendes e

Jones Santos "baseiam-se apenas em notícias

veiculadas pela imprensa. Os advogados con-

testam e garantem que Vasconcellos tem uma

razão muito forte para insistir na manutenção

## "TREM DA ALEGRIA": O PMDB ESTÁ ENVOLVIDO?

*Senado*

do concurso. A medida liminar, que sustou as 1.554 contratações, foi expedida no dia 20 de dezembro, mas nada consta nas portarias de

boletim administrativo. Estranhamente, porém,

há um desordenamento nos números das portaria

assinadas no período: de 114/84 elas pulam

para 603/84. Há quem desconfie que, entre uma

portaria e outra, existiriam favoramentos pes-

soais a serem oficializados "no momento oportuno".